

# Políticas públicas federais de valorização dos professores das escolas públicas: um Estado do Conhecimento das teses e dissertações da BDTD<sup>1</sup>

*Mateus Testoni CARVALHO<sup>2</sup>*  
*Solange Aparecida ZOTTI<sup>3</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção acadêmica em nível de pós-graduação sobre a temática das políticas públicas federais de valorização dos professores das escolas públicas. Foi seguida a metodologia do Estado do Conhecimento, proposta por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), considerando as teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Os descritores utilizados foram *professores/docentes/magistério* e *carreira, salário/remuneração* e *valorização*, chegando-se a 2 teses e 9 dissertações, divididas em duas categorias de análise: remuneração, meritocracia e trabalho docente; e legislação federal e valorização docente. As pesquisas mostram a relação entre valorização e políticas neoliberais e meritocráticas, buscando-se vincular a remuneração de professores a indicadores de produtividade, ao mesmo tempo que políticas, como o Piso Salarial Profissional Nacional, enfrentam resistência por parte dos entes federativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas educacionais. Valorização dos professores. Escola pública. BDTD. Estado do conhecimento.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi desenvolvido com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) por meio de bolsa de pesquisa.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Instituto Federal Catarinense (IFC). Professor de Geografia da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. <https://orcid.org/0000-0003-2994-8295>.  
E-mail: [testoni.carvalho@outlook.com](mailto:testoni.carvalho@outlook.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação do IFC – Campus Camboriú e dos cursos de Licenciatura em Matemática e Física do IFC – Campus Concórdia. <https://orcid.org/0000-0002-3788-5514>  
E-mail: [solange.zotti@ifc.edu.br](mailto:solange.zotti@ifc.edu.br)

# **Federal public policies for valuing public school teachers: a State of the Knowledge of theses and dissertations from the BDTD**

*Mateus Testoni CARVALHO*  
*Solange Aparecida ZOTTI*

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze postgraduate academic production on the theme of federal public policies for the appreciation of public school teachers. The methodology of the State of Knowledge, proposed by Morosini, Kohls-Santos, and Bittencourt (2021), was followed, considering theses and dissertations from the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The descriptors used were *professores/docentes/magistério* (teachers/professors/teaching profession) and *carreira, salário/remuneração e valorização* (career, salary/remuneration and appreciation), resulting in 2 theses and 9 dissertations, divided into two categories of analysis: remuneration, meritocracy and teaching work; and federal legislation and teacher appreciation. The research shows the relationship between appreciation and neoliberal and meritocratic policies, seeking to link teacher remuneration to productivity indicators, while policies such as the National Professional Salary Floor face resistance from federative entities.

**KEYWORDS:** Educational public policies. Teacher appreciation. Public school. BDTD. State of Knowledge.

# **Políticas públicas federales de valorización del professorado de la enseñanza pública: Estado del Conocimiento de las tesis y disertaciones de la BDTD**

*Mateus Testoni CARVALHO*  
*Solange Aparecida ZOTTI*

## **RESUMEN**

El objetivo de este estudio es analizar la producción académica a nivel de posgrado sobre el tema de las políticas públicas federales de val *valorización* orización del profesorado de la enseñanza pública. Se siguió la metodología del Estado del Conocimiento propuesta por Morosini, Kohls-Santos y Bittencourt (2021), considerando tesis y disertaciones de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones. Los descriptores utilizados fueron *profesores/docentes/magisterio* y *carrera, salario/remuneración* y, resultando en 2 tesis y 9 disertaciones, divididas en dos categorías de análisis: remuneración, meritocracia y trabajo docente; y legislación federal y valorización docente. La investigación muestra la relación entre la valorización de los profesores y las políticas neoliberales y meritocráticas, que buscan vincular la remuneración de los profesores a indicadores de productividad, al mismo tiempo que políticas como el Piso Salarial Profesional Nacional enfrentan la resistencia de las entidades federadas.

**PALABRAS CHAVE:** Políticas públicas educativas. Valorización de los profesores. Escuela pública. BDTD. Estado del Conocimiento.

## Introdução

A valorização docente é uma temática que nunca sai de cena: sempre está presente nas discussões das salas dos professores, nas reuniões dos sindicatos da educação, na mídia ou em projetos de lei que correm nas diferentes esferas da administração pública brasileira. Assim, embora a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 mencione que a valorização dos profissionais da educação escolar seja um dos princípios pelos quais será ministrado o ensino, com planos de carreira, ingresso por concurso público de provas e títulos para as redes públicas e piso salarial profissional nacional (Brasil, 1988), a materialização desses direitos ainda não está dada.

Sendo um documento para o futuro, as declarações constitucionais dependem da estruturação do aparelho do Estado para que possam ser concretizadas (Bucci, 2009). Como essa estruturação depende da correlação de forças entre classes, com a disputa entre o público e o privado, e da posição do país na divisão internacional do trabalho (Bufalo; Ruiz, 2018; Pronko, 2016), a mediação das políticas públicas de valorização dos professores, pelo Estado nacional e pelos entes federativos, segue caminhos diversos, nem sempre atendendo aos anseios dos professores.

Como um ponto de conflito do fenômeno educacional, a valorização do magistério é um assunto complexo que, para além do que a Constituição traz, é constituída de outras fontes, sendo:

1. Da formação intelectual e ética do professor para os desafios do seu trabalho com crianças, adolescentes, jovens e adultos do Brasil real, do Brasil inteiro, e não do país particular.
2. Da constituição de uma identidade profissional (e não de várias subcategorias que se estranham), dada não só pelo saber científico como pela luta e organização sindical, que redunde em auto-estima e reconhecimento social.
3. De uma decisão política do estado (sic) para tirar os entraves que impedem nas condições de hoje o pagamento pelos Estados e Municípios de salários dignos balizados por um PSPN [Piso Salarial Profissional Nacional] calculado para a jornada integral e a dedicação exclusiva do professor na escola (Monlevade, 2000, p. 271-272).

Ou seja, fatores como uma formação intelectual e ética, possibilitando a realização de um processo educativo que permita a qualidade da aprendizagem e a constituição de uma identidade profissional que perpassa os professores em seus diferentes níveis e redes de ensino e localidades, são importantes aspectos característicos de um processo de valorização. Além disso, a remuneração, ainda que não seja a única determinante para a valorização profissional, é importante, pois “expressa, simboliza, manifesta como que um grau de valorização” (Monlevade, 2000, p. 269), sustentando-a materialmente.

Considerando o exposto e a complexidade do tema, conhecer a forma como as políticas públicas de valorização docente têm sido tratadas, em âmbito acadêmico, permite reconhecer melhor o fenômeno para, inclusive, direcionar as lutas da categoria em prol de uma efetiva valorização dos professores. Deste modo, o objetivo desta pesquisa é analisar a produção acadêmica, em nível de pós-graduação, sobre a temática das políticas públicas federais de valorização dos professores das escolas públicas.

Para tanto, este artigo foi desenvolvido com base na metodologia de elaboração do Estado do Conhecimento, proposta por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), considerando como base de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O Estado do Conhecimento se caracteriza como uma revisão de literatura que enfatiza a síntese e a reflexão da produção acadêmica a partir dos objetivos, das perspectivas teórico-metodológicas adotadas e dos resultados e conclusões obtidos, ou outras informações de interesse do pesquisador, com a finalidade de reconhecer o estado das pesquisas em determinado segmento científico. Ele pode ser dividido, segundo as autoras, em cinco etapas, tendo em vista a identificação, o registro e a categorização de informações: pesquisa por descritores, bibliografia anotada, bibliografia sistematizada, bibliografia categorizada e bibliografia propositiva.

## O Estado do Conhecimento: as políticas públicas federais e a valorização dos professores das escolas públicas

Os descritores centrais utilizados na pesquisa foram *professores/docente/magistério* e os articulamos com *carreira*, *salário/remuneração* e *valorização*. Levando em conta que o volume de títulos encontrados na BDTD foi bastante elevado, optamos por não abarcar outras bases de dados. Tendo em vista os descritores, os operadores booleanos e os campos pesquisados indicados no Quadro 1, abaixo, foram encontrados 397 títulos que versam sobre o tema.

**Quadro 1** - Pesquisa por descritores na BDTD.

Termos Pesquisados	Campo pesquisado	Títulos encontrados
(professores OR docentes OR magistério) AND carreira	Título	221
(professores OR docentes OR magistério) AND (salário OR remuneração)		58
(professores OR docentes OR magistério) AND valorização		118
<b>TOTAL</b>		<b>397</b>

Fonte: IBICT (2024); Elaboração dos autores (2024).

Os 397 trabalhos encontrados passaram por uma primeira análise, na qual lemos seus títulos e palavras-chave e, considerando a proximidade com o objeto desta pesquisa, selecionamos aqueles que passaram para a etapa seguinte. Essa etapa é chamada de bibliografia anotada, e nela se organiza as informações dos trabalhos em autores, resumo, nível e ano. Nesse primeiro processo de filtragem, os textos que possuíam os seguintes critérios foram desconsiderados: trabalhos que relacionam os termos valorização, carreira e salário/remuneração e professores/magistério/docente em uma perspectiva que não é a de políticas públicas; pesquisas de dissertações que foram continuadas em teses; trabalhos cujo o foco foi em redes privadas de ensino. Diante disso, foram preservados 65 títulos, dos quais 19 eram teses e 46 dissertações.

Ainda assim, o volume de trabalhos era bastante elevado para prosseguirmos com a análise. Deste modo, para além dos filtros mencionados, desconsideramos trabalhos que tematizam algum município ou estado específico, tendo em vista o enfoque nas políticas públicas federais preconizada neste artigo. Com isso, foram preservados 11 títulos, sendo 2 teses e 9 dissertações, que foram organizados na bibliografia sistematizada, em que se armazena as informações dos trabalhos em autores, nível, ano, objetivos, metodologia, resultados e citações relevantes, de modo a observar os principais aspectos estruturais e procedimentais das pesquisas. Ademais, registramos de qual programa de pós-graduação e instituição provém cada uma das pesquisas.

Posteriormente, seguindo a bibliografia categorizada, os trabalhos foram agrupados segundo em duas categorias: “Remuneração, meritocracia e trabalho docente”, em que há seis trabalhos que versam sobre a questão do salário e da carreira do professor do magistério da educação básica, a interrelação disso com uma agenda neoliberal meritocrática e as implicações desse contexto para o trabalho docente; “Legislação federal e valorização docente”, onde constam seis trabalhos que dissertam sobre as principais legislações federais no tocante à valorização dos professores, considerando aspectos como planos de carreira, formação e remuneração. Todo esse procedimento, bem como a síntese realizada, decorreu ao longo do mês de agosto de 2023.

Dentre os trabalhos selecionados, seis são de Programas de Pós-graduação em Educação (Lima, 2011; Strasburg, 2019; Berlatto, 2011; Camargo, 2022; Garcia, 2015; Wonsik, 2013) e um em Educação Escolar (Barbosa, 2011), revelando os esforços da área em estudar a questão das políticas públicas de valorização, carreira e remuneração dos professores. Os outros títulos provêm de programas distintos, a saber: Ciências Sociais (Scheffer, 2017), Direito (Carneiro, 2012), Economia Aplicada (Becker, 2009) e Administração Pública e Governo (Moriconi, 2008). É perceptível a

aproximação de outras áreas das ciências humanas e sociais aplicadas com a questão, o que demonstra a complexidade do objeto de pesquisa e as possibilidades de interlocução existentes.

Esses programas estão alocados, no geral, em instituições de ensino superior públicas distribuídas pelo Brasil, com apenas duas instituições não públicas: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), ambas com um trabalho. Em termos de distribuição regional, seis trabalhos são da Região Sudeste (Moriconi, 2008; Becker, 2009; Barbosa, 2011; Lima, 2011; Garcia, 2015; Scheffer, 2017), três da Região Sul (Strasburg, 2019; Berlatto, 2011; Wonsik, 2013), um da Região Nordeste (Carneiro, 2012), um da Região Centro-Oeste (Camargo, 2022). Nenhum trabalho produzido na Região Norte foi selecionado.

É importante indicar, ainda, que seis dos trabalhos possuem dez anos ou mais de sua elaboração em 2024 (Moriconi, 2008; Becker, 2009; Berlatto, 2011; Barbosa, 2011; Carneiro, 2012; Wonsik, 2013), não apresentando discussões mais recentes, como o Plano Nacional de Educação para o decênio de 2014 a 2024 ou o Fundeb de 2020.

Na sequência, tratamos de descrever os objetivos, a metodologia e os resultados obtidos em cada uma das pesquisas, por categoria, e, por fim, sintetizamos as contribuições dos autores, observando as aproximações e diferenças que possuem entre si.

### **Categoria 1: Remuneração, meritocracia e trabalho docente**

A categoria “Remuneração, meritocracia e trabalho docente” abrange trabalhos que, através da análise de dados quantitativos e de documentos nacionais e internacionais, discutem a questão da remuneração dos professores, a meritocracia presente na agenda neoliberal e as implicações disso para o trabalho docente. No Quadro 2 estão descritos os trabalhos selecionados para essa categoria.

**Quadro 2** - Trabalhos selecionados para a categoria “Remuneração, meritocracia e trabalho docente”.

Nível	Título	Instituição	PPG	Autor
Dissertação	Os professores públicos são mal remunerados nas escolas brasileiras? Uma análise da atratividade da carreira do magistério sob o aspecto da remuneração	FGV	Administração Pública e Governo	Moriconi, 2008
Dissertação	A remuneração do trabalho do professor no ensino fundamental público brasileiro	USP	Economia Aplicada	Becker, 2009
Tese	Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente	UNESP	Educação Escolar	Barbosa, 2011
Dissertação	Concepção e valorização do trabalho docente: políticas meritocráticas na educação pública	UNICAMP	Educação	Lima, 2015
Tese	Professores excelentes: Convergências, tensões e desafios nas políticas de formação e carreira docente na contemporaneidade	UNISINOS	Educação	Strasburg, 2019
Dissertação	A Valorização do trabalho do professor para além da remuneração	UFSC	Educação	Berlatto, 2011

**Fonte:** Moriconi (2008); Becker (2009); Barbosa (2011); Lima (2015); Strasburg (2019); Berlatto (2011); Elaboração dos autores (2023).

A dissertação de Moriconi (2008) buscou avaliar a atratividade salarial para os professores das escolas públicas de educação básica no Brasil. Para tanto, utilizou dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 a 2006 para calcular a diferença salarial entre esse grupo de docentes e outras ocupações do setor público, professores da rede privada e outras ocupações da rede privada.

A autora concluiu que a carreira docente é mais atrativa para os profissionais com formação de nível médio e menos para aqueles com formação de nível superior. No entanto, dada as diferenças salariais existentes entre homens e mulheres em outras ocupações, a remuneração do magistério é mais atrativa para elas. Além disso, a remuneração para professores em final de carreira não é atrativa, pois é pouco expressivo o aumento salarial com os anos de trabalho, o que pode levar ao abandono da função e/ou levá-los a uma diminuição da motivação e do desempenho (Moriconi, 2008).

Becker (2009) teve como objeto de sua pesquisa a remuneração dos professores, com enfoque no ensino fundamental e na análise do salário mensal e dos benefícios da aposentadoria, a partir da PNAD. Para efetivar sua pesquisa, a autora considerou o salário mensal e a remuneração ao longo da

vida, além das regras de aposentadoria existentes para os diferentes contratos de trabalho, comparando essas informações com outras profissões de nível de formação semelhante.

A pesquisadora corrobora com Moriconi (2008) ao indicar que a remuneração dos professores, comparada com outras funções de nível superior, é menor, enquanto em nível médio isso se inverte. No entanto, considerando as regras previdenciárias da época, a autora destaca que essa diferença diminuiu, pois os docentes podiam se aposentar com menos tempo de contribuição. Em termos de escolaridade, em outras profissões há um retorno salarial maior para quem possui mais anos de estudo, o que pode causar migração para outros setores de trabalho. Ainda, foi constatado que é na Região Nordeste que ocorriam os menores rendimentos e que é na escola pública que os professores eram melhores remunerados (Becker, 2009).

Diante dos dados obtidos, a autora afirma que não são coerentes políticas públicas para melhoria da qualidade do ensino público a partir do aumento da remuneração dos professores, pois eles já possuem um rendimento maior que os professores da rede privada. Para os docentes deste setor, por outro lado, o aumento salarial faz sentido, pois a concorrência e a falta de estabilidade funcional fazem com que os docentes busquem, continuamente, aperfeiçoar o seu trabalho (Becker, 2009).

Assim, mais importante do que elevar o salário dos professores, a fim de valorizar a profissão, é motivá-los ao trabalho e melhorar a qualidade de ensino, é relacionar a remuneração à educação ou à alguma medida de produtividade, principalmente, na rede pública de ensino, de modo a formar um corpo docente mais capacitado e motivado (Becker, 2009, p. 100).

Em síntese, apesar de ser uma pesquisa de 2009, as discussões trazidas por Becker refletem um ideário neoliberal e tecnocrata que continua bastante atual. A autora considera que, pelo tempo exigido para os professores se aposentarem, na época, ser menor que para os outros profissionais de nível superior, isso atenua a diferença de remuneração existente, desconsiderando que as insatisfatórias condições de trabalho podem não fazer com que o docente dê continuidade à carreira e que muitos dos professores são contratados em caráter temporário, progressão salarial. Ademais, pela remuneração média dos professores das redes públicas ser maior que da rede privada, a economista enfatiza que o aumento da remuneração por tempo de serviço ou formação é insuficiente, sendo necessário relacionar os ganhos pecuniários a medidas de produtividade, sem considerar os efeitos socioespaciais e pedagógicas deste tipo de política, como a repulsão dos professores de unidades escolares com baixo rendimento e a limitação do ensino à resolução dos exames de larga escala.

Já Barbosa (2011), em seu doutorado, verificou como a questão salarial dos professores é tratada nas diferentes pesquisas e documentos que abordam a temática, de modo que pudesse analisar e compreender a forma como a baixa remuneração dos docentes da educação básica do país implica no seu trabalho. Sendo assim, adotou como método a pesquisa bibliográfica-documental, focada em trabalhos desenvolvidos por outros pesquisadores, na legislação brasileira pertinente, nos documentos de organismos internacionais, de organizações sindicais dos professores, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Utilizou, ainda, os dados da PNAD de 2008.

A pesquisa demonstrou que o trabalho docente tem sido precarizado e intensificado, sobretudo na questão salarial, quando avaliado frente às outras profissões de nível superior. A pesquisadora vai na contramão do que foi afirmado por Becker (2009) e indica que “ainda que os recursos não garantam por si só a qualidade da educação, sem eles pouco se consegue” (Barbosa, 2011, p. 55), defendendo uma ampliação na remuneração docente, de modo a diminuir a desvalorização e aumentar a qualidade de vida desse profissional (Barbosa, 2011).

Nessa esteira, é argumentado que a fim de compensar os baixos salários, muitos professores acabam trabalhando mais, ministrando mais aulas, por vezes em mais de uma escola, gerando um aumento da intensidade do trabalho. Esse processo, que está na dianteira da precarização do trabalho no magistério, pode levar ao adoecimento, assim como a uma diminuição do tempo para a preparação das aulas e para o estudo. Frente aos documentos analisados e às falas midiáticas sobre o trabalho docente, a autora salienta os discursos de culpabilização dos professores pelos problemas educacionais como mais um agravante ao processo de desvalorização (Barbosa, 2011).

Já na dissertação de Lima (2015), analisou-se a forma como as políticas educacionais contemporâneas, no tocante às questões de limitação de recursos financeiros e gestão eficiente de resultados, implicaram na elaboração dos sistemas de avaliação em larga escala e na responsabilização dos trabalhadores da educação, tendo em vista as medidas neoliberais e as suas imposições quanto às concepções de educação, sociedade e trabalho. Isso foi feito através de análise das transformações político-econômicas mundiais nas últimas quatro décadas e da investigação das premissas que fundamentam as políticas públicas de valorização dos professores. De modo geral, a autora percebe a concepção liberal-meritocrática como hegemônica na sociedade, apresentando-se como referência fundamental para as políticas públicas para a educação pelo Estado.

De forma mais específica, Lima (2015) indica que a forma como as classes dominantes tratam do problema do financiamento da educação é não o entendendo como um problema, mas propondo

manobras para justificar os poucos recursos existentes, partindo da lógica que o problema é de otimização do que se tem disponível. É por esse motivo que há um fortalecimento de propostas que não vinculem qualidade da educação e recursos financeiros. Esse discurso, que está atrelado às conclusões do trabalho desenvolvido por Becker (2009), responsabiliza o docente pelos resultados dos estudantes nas avaliações de larga escala, que acabam sendo convertidos em sinônimo de qualidade da educação. É nesse contexto que surgem as práticas meritocráticas, como a obtenção de bônus salarial condicionada ao desempenho dos estudantes (Lima, 2015). Sendo assim, “as políticas meritocráticas que se reivindicam como valorização docente reconhecem o valor dos indivíduos que trabalham nas escolas segundo seu engajamento na defesa ou fortalecimento do projeto neoliberal para a educação” (Lima, 2015, p. 133).

A tese de doutorado de Strasburg (2019) foi construída com a intenção de apresentar os desafios, as convergências e tensões nas políticas educacionais de formação e carreira docente nos dias atuais. A pesquisa se constrói pela análise de documentos do Banco Mundial e das edições da Revista Nova Escola e Gestão Escolar de 2008 a 2017, de modo a verificar como as orientações do órgão internacional se desdobram no contexto brasileiro. As conclusões estão articuladas às trazidas por Lima (2015), na medida em que há uma narrativa hegemônica de que a gestão irá solucionar os problemas educacionais do país, partindo das premissas de que a avaliação em larga escala é sinônimo de qualidade na educação, de que deve haver inovação a partir das novas tecnologias e de que o investimento em “capital humano” está atrelado ao investimento na economia do país. O conhecimento se transforma, nesse cenário, em um princípio utilitarista e performático.

Berlatto (2011), por sua vez, desenvolveu sua pesquisa a partir das produções acadêmicas sobre o tema e dos documentos oficiais, utilizando-se de três categorias de análise: valor e valorização, trabalho docente e políticas institucionais de valorização. Com base nos seus estudos, percebeu que há uma unidade conceitual no que se refere à valorização do magistério, que é caracterizada pela melhoria das condições de remuneração e de carreira. Considerando as dinâmicas do sistema capitalista e a organização do trabalho docente, a autora sintetiza que a valorização do professor deve estar para além das políticas de remuneração, visto que elas são articuladas à manutenção do Estado capitalista, limitando-se a apaziguar as condições degradantes que os professores vivem. A autora propõe que a valorização do professor, para além da remuneração, “consiste em enriquecer suas tarefas sem esvaziar seus conhecimentos, [...] dar ao professor o controle sobre seu trabalho” e ter “tempo livre adequado para pesquisar novos conteúdos ou novas formas de ensinar velhos conteúdos” (Berlatto, 2011, p. 149).

Políticas públicas federais de valorização dos professores das escolas públicas:  
um Estado do Conhecimento das teses e dissertações da BDTD

Em síntese, as pesquisas de Moriconi (2008), Becker (2009) e Barbosa (2011) utilizam a PNAD como forma de coleta de dados. É notável que, a partir dos dados, as três autoras chegam à conclusão de que os professores ganham menos do que outros profissionais com formação em nível superior, enquanto os professores que possuem formação em nível médio costumam ganhar mais que outros profissionais com o mesmo nível de formação. Moriconi (2008) reforça, ainda, a baixa progressão salarial na carreira, o que pode gerar desmotivação e abandono da profissão.

Nesse sentido, a pesquisa das autoras coaduna com Masson (2016) e Saviani (2014), que destacam o papel da carreira, do salário e das condições de trabalho para a valorização dos professores e para a permanência na área. Cabe salientar, assim, que o valor de uma profissão é constituído socialmente, e se as condições de trabalho são precárias, não haverá procura pela área ou disposição para investir mais tempo e recursos em uma formação mais exigente (Saviani, 2014).

A grande diferença entre os trabalhos desta categoria está nas conclusões apresentadas por Becker (2009) que, ao articular os dados de remuneração às políticas especiais de aposentadoria para os docentes, conclui que as diferenças salariais que os professores apresentam, frente a outras profissões, são atenuadas. Além disso, a autora afirma que os professores das redes públicas ganham mais que os das redes privadas, não sendo eficaz aumentar seus salários, sendo melhor relacionar a remuneração à produtividade. Ainda que seja interessante levar em conta dados de aposentadoria nas análises, principalmente frente à complexidade do tema, as regras foram se alterando com os anos, sobretudo após a Reforma da Previdência em 2019. Outro aspecto importante de se considerar é que, como indicado por Moriconi (2008), a baixa progressão salarial na carreira pode fazer com que os professores não contribuam por tempo suficiente para se aposentarem, além de que existe um alto número de servidores temporários na educação pública que, sem estabilidade, podem levar mais tempo para se aposentar.

Diante do exposto, Becker (2009) acaba expressando em seu discurso algumas premissas da agenda neoliberal e meritocrática (Barbosa, 2011; Lima, 2015; Strasburg, 2019). Esse contexto pode ser traduzido como subserviência do desenvolvimento do Brasil a distintos atores políticos globais, como as organizações multilaterais e o Banco Mundial. A regulação social criada a partir dessas políticas tinha fim na redução de gastos públicos e adesão de um modelo gerencial, pautado em parâmetros de eficiência e qualidade, o que acaba implicando a gestão escolar e a valorização dos professores, que passa a ser condicionada pela produtividade dos docentes, medida em provas de larga escala (Oliveira, 2004).

Como a totalidade histórico-social é organizada em torno do modo de produção capitalista, não é possível dissociar o Direito e suas expressões, como as legislações e as políticas públicas, do alcance do capital. Nesse sentido, podemos dizer que cada política carrega orientações e normas para que determinados comportamentos sociais necessários para a sustentação do modo de produção capitalista se tornem efetivos (Torriglia; Ortigara, 2014). Para os professores, isso significa que o processo de precarização enfrentando não foge do contexto de precarização do trabalho geral (Antunes, 2008).

Considerando a relação dos temas apresentados com a legislação federal, dedicamo-nos a isso na seção seguinte, na categoria “legislação federal e valorização docente”.

## **Categoria 2: Legislação federal e valorização docente**

Os textos selecionados para compor essa categoria se debruçam sobre a legislação federal no tocante à valorização docente, articulando-a com o contexto histórico e a conjuntura política e econômica existente. Entre as leis discutidas, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei n. 11.494/2007; Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), Lei n. 11.738/2008; Planos Nacionais de Educação (PNE), Lei n. 10.172/2001 e Lei n. 13.005/2014. No Quadro 3 estão organizados os trabalhos selecionados para essa categoria.

**Quadro 4** - Trabalhos selecionados para a categoria “Legislação federal e valorização docente”.

Nível	Título	Instituição	PPG	Autor
Dissertação	O piso salarial nacional: a valorização do professor na Constituição de 1988	UFRN	Direito	Carneiro, 2012
Dissertação	A trajetória da remuneração docente a partir das políticas públicas educacionais e jurisprudências: análise das decisões do Supremo Tribunal Federal	UFMS	Educação	Camargo, 2022
Dissertação	Trabalho docente e valorização do profissional da educação básica: o que diz a legislação (1996-2013)	UFU	Educação	Garcia, 2015
Dissertação	A valorização e a precarização do trabalho docente: um estudo de políticas públicas a partir de 1990	UTFPR	Educação	Wonsik, 2013
Dissertação	Por uma educação de qualidade: um estudo sobre a formação da agenda de valorização salarial do professor da educação básica	UFJF	Ciências Sociais	Scheffer, 2017

**Fonte:** Carneiro (2012); Camargo (2022); Garcia (2015); Wonsik (2013); Scheffer (2017); Elaboração dos autores (2023).

Na dissertação de Carneiro (2012), o autor buscou investigar os mecanismos jurídicos utilizados pelo Executivo e pelo Legislativo para concretizar o princípio constitucional do piso salarial dos docentes. O autor utilizou a hermenêutica para compreender as normas legislativas, judiciárias e administrativas, buscando não somente observar o que está escrito, mas também como a sociedade aceitou os preceitos estabelecidos e o sentido inspirador da lei.

O pesquisador afirma que desde 2009 o piso salarial dos professores é definido pelo Governo Federal, mas houveram uma série de protestos contra as prescrições da Lei do PSPN em diferentes esferas administrativas do país (Carneiro, 2012). Nesse sentido, os governadores dos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará entraram com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4.167, em 2008, no Supremo Tribunal Federal (STF), tendo em vista uma suposta inconstitucionalidade da Lei no tocante à

definição da jornada de trabalho do professor, que na visão dos reclamantes era atribuição dos estados e prefeituras; garantia de que os professores receberiam salários vinculados ao piso com efeito retroativo; transformação do piso salarial em vencimento básico; ausência de orçamento suficiente nos estados e municípios para honrar com os novos valores a serem pagos aos professores; finalmente, determinação de carga horária para o professor realizar outras atividades além de ministrar aulas (Carneiro, 2012, p. 4).

No julgamento da ADI promovida pelos gestores públicos reclamantes, os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) julgaram a ação improcedente, ratificando a constitucionalidade da Lei do PSPN em 2011. Apesar disso, Carneiro (2012) reitera que essa decisão da Suprema Corte não mudou a posição nem a interpretação dos governadores, bem como dos Ministros que concordaram com a inconstitucionalidade de alguns aspectos da Lei, de modo que um mesmo dispositivo legal pode apresentar diferentes interpretações, tanto entre as “pessoas comuns”, como entre os membros do próprio Poder Judiciário (Carneiro, 2012).

Nessa mesma toada, Camargo (2022) fez uma análise das decisões do STF na aplicação das políticas públicas de remuneração docente, partindo de uma pesquisa documental e bibliográfica das legislações que versam sobre o tema. A autora retoma a ADI tratada por Carneiro (2012), indicando que o STF decidiu que a vigência da Lei do PSPN entraria em vigor apenas após o seu julgamento, que ocorreu em 2011, de modo que houve um atraso de quatro anos desde sua implementação. Novamente, em 2012, houve um novo questionamento quanto à constitucionalidade do mecanismo legal, com a ADI n. 4.848/2012 protocolada no STF pelos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima e Santa Catarina, requerendo “a inconstitucionalidade do reajuste

anual do piso salarial dos professores, no mês de janeiro, com o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano do FUNDEB” (Camargo, 2022, p. 79).

Os estados alegaram que o dispositivo de reajuste anual indicado fere a autonomia dos estados e municípios na formulação dos próprios orçamentos e fixação dos salários dos seus servidores. Do mesmo modo que a ação movida em 2008, o STF julgou improcedente a ADI de 2012, repercutindo na decisão de outros tribunais do país, que adotaram o mesmo posicionamento em processos semelhantes. Camargo (2022) indica que esses julgamentos não previram a complementação da União no caso dos municípios e estados não alcançarem a receita mínima para o pagamento do reajuste dos salários dos docentes, o que reforça uma ideia de omissão do Governo Federal quanto ao regime colaborativo para com os entes federativos.

Diante desse processo de judicialização das políticas públicas de remuneração docente, a autora destaca que esse instrumento, em vez de assegurar a efetividade da legislação, apenas assegura o controle do pagamento do piso, reduzindo o alcance da lei e enfraquecendo a categoria e o reconhecimento social dos profissionais da educação (Camargo, 2022).

Com o objetivo de analisar como a legislação educacional brasileira no período de 1996 a 2013 trata a questão do trabalho docente e da valorização profissional, Garcia (2015) realizou uma pesquisa bibliográfica e documental, articulando as leis com o desenvolvimento e o contexto histórico da sociedade.

A pesquisadora indica que os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 e 1999 a 2002) foram balizados por políticas de corte, redução e contenção de gastos, com um caráter gerencialista e de racionalidade do processo. A política educacional, diante de um incitamento à privatização e focalização dos serviços sociais, voltou-se às questões de acesso e permanência da população mais pobre presente na escola. Esse cenário denota o compromisso governamental de efetivar as políticas macroeconômicas que, orientadas pelas agências internacionais, buscavam alinhar a educação e o trabalho docente com os mecanismos de mercado (Garcia, 2015).

Nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e 2007 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2014 e 2015 a 2016), por sua vez, houve o retorno das discussões sobre a melhoria da qualidade de educação ofertada nas escolas públicas, mas isso não veio acompanhado de mecanismos que garantissem as condições de trabalho, os processos de avaliação e de capacitação necessários. Um exemplo disso é o alto de índice de professores temporários existentes nas redes estaduais e municipais; e a prática administrativa regulamentada por muitos prefeitos e governadores

Políticas públicas federais de valorização dos professores das escolas públicas: um Estado do Conhecimento das teses e dissertações da BDTD em diferentes municípios e estados do país de resistirem a pagar o piso salarial, levando aos processos expressos por Carneiro (2012), Camargo (2022) e Garcia (2015).

Na dissertação de Wonsik (2013), o autor percorreu um caminho similar à Garcia (2015), buscando analisar como as condições de trabalho docente foram transformadas pelas políticas públicas de alinhamento neoliberal, instituídas nas reformas educativas internacionais e nacionais a partir da década de 1990. A autora se pauta no método e nas categorias analíticas do materialismo histórico-dialético, de modo a compreender as tensões, intenções e os processos que envolvem o trabalho docente; e utiliza a análise bibliográfica e documental como método de pesquisa, partindo de uma série de documentos internacionais e nacionais.

Wonsik (2013) constata que na política educativa enunciada nos documentos, a valorização docente foi acompanhada pela construção de um novo perfil desse profissional, que está alicerçado às condições precarizadas de trabalho, manifestadas através da flexibilização, diminuição de direitos e enfraquecimento das suas representações. Além disso, expressa-se um projeto de sociedade, de perfil docente e de educação articulado pelo capital, em que a formação dos sujeitos está condicionada à construção de comportamentos e habilidades adequados à participação social e ao mercado de trabalho em um capitalismo globalizado.

A dissertação de Scheffer (2017), por sua vez, buscou identificar como o PSPN se tornou lei através de uma reivindicação sindical, analisando as negociações entre as forças políticas e o Estado que viabilizaram a aprovação da Lei em 2008. A metodologia utilizada também foi documental, atentando-se não somente para os documentos legais, mas também para materiais da imprensa partidária, cobertura de imprensa, dados oficiais e os relatos de outros autores.

A autora afirma que as ações de valorização salarial dos docentes da educação básica têm origem, ao menos na sua forma mais estruturada, nos debates constituintes, entre 1987 e 1988. Com o governo de Fernando Henrique Cardoso, no entanto, a implementação dessa valorização salarial é fechada, sendo reaberta apenas no segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva. Enquanto o primeiro fortalecia as ideias de melhoria da aplicação dos gastos públicos em educação pelos estados e municípios, em uma lógica descentralizadora das funções do Estado, o segundo permitiu, através de “um executivo com histórico de luta em defesa da educação básica oriundo de um partido com grande participação dos professores” (Scheffer, 2017, p. 106) e da coalizão de pessoas favoráveis, a implementação de um piso e “a valorização dos professores, comprometendo-se em garantir aos Estados e Municípios a complementação orçamentária necessária para se fazer valer a lei” (Scheffer, 2017, p. 107).

Enquanto na categoria anterior havia uma articulação entre dados quantitativos, provenientes da PNAD, e análise documental, nesta seção encontramos apenas trabalhos que se pautam no método documental-bibliográfico, enfatizando as leis, documentos de órgãos multilaterais e registros da imprensa. Wonsik (2013) e Garcia (2015) fizeram um estudo das políticas públicas referentes à valorização dos professores desde a década de 1990, indicando que no governo de Fernando Henrique Cardoso se iniciou um processo de reforma do Estado, que previa a redução e contenção de gastos públicos, assim como a descentralização e o gerencialismo. A educação, nesse contexto, era condicionada a uma diminuição dos investimentos, ao passo que havia a busca por aumento de resultados, em uma lógica de responsabilização docente, que estava na premissa dos documentos dos órgãos multilaterais. Nos governos petistas, no entanto, Garcia (2015) destaca que, ainda que o discurso e as leis caminhassem para uma maior valorização dos docentes, a realidade dos trabalhadores da educação era outra, com alto número de temporários e não cumprimento do piso salarial.

Em contrapartida, Scheffer (2017) expressa uma análise otimista frente aos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, destacando os aspectos positivos da gestão no que concerne à valorização docente, sobretudo pela implementação do piso.

Carneiro (2012) e Camargo (2022), por sua vez, analisam esse processo, comentando sobre as ADIs protocoladas por governadores de diversos estados do país contra a Lei do PSPN. Por mais que a Lei tenha sido promulgada em 2008, o piso salarial só foi entrar em vigor, de fato, após o julgamento do ADIs n. 4.167/2008, em 2011. Esse cenário expressa, segundo Carneiro (2012), que as leis possuem diferentes interpretações na sociedade, tanto pelos magistrados quanto por gestores e a população em geral. Camargo (2022) indica que a judicialização das políticas públicas acaba por enfraquecer a lei, na medida em que todos esses processos são apenas para se fazer cumprir o mínimo, não ampliando para uma maior valorização dos docentes. Isso reforça a omissão do Estado, na figura das esferas estaduais e municipais, para com os professores, na medida em que buscam formas de não pagar e organizar a jornada dos professores conforme o que está na lei; mas também na figura da União, pois essa não efetivou a complementação das receitas aos estados e aos municípios que indicaram não poder arcar com os salários dos professores.

Sobre as políticas educacionais brasileiras, Saviani (2014) as descreve em cinco palavras: filantropia, protelação, fragmentação, importação e improvisação. Particularmente vinculada às legislações, a improvisação aparece “no fato de que para cada ponto que se levanta como importante se busca logo aprovar uma emenda constitucional, uma lei ou baixar um decreto ou portaria sem

Políticas públicas federais de valorização dos professores das escolas públicas: um Estado do Conhecimento das teses e dissertações da BDTD  
atentar para sua efetiva necessidade e sua justaposição com outras medidas correlatas ou de efeito equivalente” (Saviani, 2014, p. 37).

Como resultado, o autor destaca uma precarização geral da educação no país, seja na infraestrutura, nas teorias pedagógicas de ensino e aprendizagem, nas avaliações, nos currículos, nos equipamentos ou nas condições de trabalho e salários dos profissionais da educação (Saviani, 2014).

Isso pode ser visto, por exemplo, na aprovação da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que legitimou as práticas já adotadas por FHC ao longo de seu mandato, vinculadas aos mecanismos do mercado, redução de investimentos públicos e apelo à iniciativa privada (Saviani, 2019). No caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), do mesmo ano, a fragmentação pode ser vista na priorização do ensino fundamental, em detrimento das outras etapas da educação básica (Monlevade, 2000). Enquanto isso, a criação do PSPN, já mencionado na Constituição de 1988, foi protelada até 2008 (Brasil, 1988) e, mesmo assim, não foi suficiente para atender aos anseios da categoria docente, pois além de, com frequência, não ser cumprido, não estabeleceu um percentual mínimo na dispersão da carreira, achatando-a em alguns municípios e estados (Bollmann e Bassi, 2015).

Apesar do otimismo de Scheffer (2017) em relação aos primeiros 14 anos dos governos petistas, o período também foi marcado por disputas intensas sobre os rumos da educação brasileira, com grupos empresariais interessados na educação se articulando a partir de “partidos políticos, fundações, inserção na mídia, organizações sociais, institutos e associações” (Freitas, 2018, p. 15). De modo geral, pode-se dizer que os mandatos foram marcados por rupturas com os governos de FHC, como denota a aprovação do FUNDEB, o PSPN, apesar dos pontos levantados anteriormente, e a Conferência Nacional de Educação, mas também por permanências, como a busca pela crescente competitividade internacional e pela elevação dos padrões educativos, através das provas de larga escala (Oliveira, 2009).

## **Considerações finais**

Considerando o conjunto do Estado do Conhecimento desenvolvido, ainda que o número de trabalhos analisados não tenha sido tão elevado frente aos 397 títulos encontrados na pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, entendemos que o estudo aprofundado dessas 11 pesquisas foi fundamental para alcançar o objetivo proposto de analisar a produção acadêmica em

nível de pós-graduação sobre a temática das políticas públicas federais de valorização dos professores das escolas públicas. Com as diferentes abordagens tecidas pelos autores sobre a temática, a partir de dados quantitativos, revisão bibliográfica e análise documental, foi possível perceber as relações do fenômeno da valorização docente com a totalidade da política brasileira e do sistema capitalista, considerando seus avanços, entraves e contradições.

É evidente, nas pesquisas analisadas, a relação existente entre as políticas de cunho neoliberal e meritocrático e a valorização dos professores, com discursos de que o problema não é a falta de investimento, mas a efetividade dos recursos empreendidos na melhoria da qualidade da educação. Deste modo, busca-se vincular a remuneração aos resultados das provas em larga escala que os alunos são submetidos ou a outros indicadores de produtividade, responsabilizando individualmente os professores pelos problemas do sistema educacional. Ao mesmo tempo, políticas de valorização aprovadas em nível federal, como é o caso da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional e a exigência dos planos de carreira, que existe desde a Constituição de 1988, encontram resistências nos diferentes entes federativos do Brasil, alegando-se dificuldades orçamentárias e a intromissão da União na administração pública dos entes federados.

Em síntese, podemos afirmar, com exceção dos resultados dos trabalhos de Becker (2009) e Scheffer (2017), que destoam no conjunto dos textos focalizados, que há um processo de desvalorização dos profissionais do magistério, com raízes na reforma do Estado da década de 1990, e que não foi superado nos governos petistas, que perpassa a questão das jornadas de trabalho, da contratação temporária e, sobretudo, da remuneração e da carreira.

Portanto, é evidente que as políticas públicas federais de valorização dos professores precisam ser revisadas e ampliadas. Uma verdadeira valorização docente requer, além de uma justa remuneração, melhores condições de trabalho, uma carreira atrativa e uma política que considere a educação como um direito social fundamental, afastando-se da lógica puramente gerencialista e meritocrática. As conclusões apontam para a necessidade de um debate mais profundo e abrangente sobre as políticas educacionais, que contemplem não apenas os aspectos econômicos, mas também os pedagógicos e sociais, com enfoque, inclusive, nas diferentes redes de ensino que existem no Brasil.

## Referências

BARBOSA, A. **Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente.** 2011. Tese (doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade

Políticas públicas federais de valorização dos professores das escolas públicas:  
um Estado do Conhecimento das teses e dissertações da BDTD

Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2011. Disponível em:  
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101508>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BECKER, K. L. **A remuneração do trabalho do professor no ensino fundamental público brasileiro**. 2009. Dissertação (mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em:  
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-12022009-091749/pt-br.php>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BERLATTO, A. C. **A Valorização do trabalho do professor para além da remuneração**. 2011. Dissertação (mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95313>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BOLLMANN, M. G. N.; BASSI, M. E. O piso salarial profissional nacional, a política de fundos e o vencimento dos profissionais do magistério público estadual de educação básica de Santa Catarina. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 17-18, p. 198-210, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/viewFile/46816/28147>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 jun. 2023.

BUCCI, M. P. D. O art. 209 da Constituição 20 anos depois: estratégias do Poder Executivo para a efetivação da diretriz da qualidade da educação superior. **Fórum Administrativo: Direito Público**, Belo Horizonte, v. 9, n. 105, p. 01-30, nov. 2009. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/100397720/O\\_art\\_209\\_da\\_Constituicao\\_20\\_anos\\_depois\\_Estrategias\\_do\\_Poder\\_Executivo\\_para\\_a\\_efetivacao\\_da\\_diretriz\\_da\\_qualidade\\_da\\_educacao\\_superior](https://www.academia.edu/100397720/O_art_209_da_Constituicao_20_anos_depois_Estrategias_do_Poder_Executivo_para_a_efetivacao_da_diretriz_da_qualidade_da_educacao_superior). Acesso em: 09 maio 2024.

BUFALO, K. S.; RUIZ, M. J. F. Políticas públicas para a leitura e Materialismo Histórico Dialético: levantamento sobre as produções acadêmicas (2013-2016). **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 3, p. 978-991, set./dez., 2018. Disponível em:  
<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11322/7846>. Acesso em: 05 jul. 2023.

CAMARGO, R. P. **A trajetória da remuneração docente a partir das políticas públicas educacionais e jurisprudências: análise das decisões do Supremo Tribunal Federal**. 2022. Dissertação (mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5211>. Acesso em: 21 ago. 2023.

CARNEIRO, F. H. R. **O piso salarial nacional: a valorização do professor na Constituição de 1988**. 2012. Dissertação (mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13936>. Acesso em: 21 ago. 2023.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velha ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GARCIA, A. F. G. **Trabalho docente e valorização do profissional da educação básica: o que diz a legislação (1996-2013)**. 2015. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14014>. Acesso em: 21 ago. 2023.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Brasília, 2024. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

LIMA, P. M. P. **Concepção e valorização do trabalho docente: políticas meritocráticas na educação pública**. 2015. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/959906>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MASSON, G. A valorização dos professores e a educação básica nos estados. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 157-174, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/656>. Acesso em: 18 set. 2024.

MONLEVADE, J. A. C. **Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores de Educação Básica Pública**. 2000. Tese. (doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/204217>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MORICONI, G. M. **Os professores públicos são mal remunerados nas escolas brasileiras? Uma análise da atratividade da carreira do magistério sob o aspecto da remuneração**. 2008. Dissertação (mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2402>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MOROSINI, M.; KOHLS-SANTOS, P. K.; BITTENCOURT, Z. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1.127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>. Acesso em: 10 abr. 2024.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAAE**, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491>. Acesso em: 19 set. 2024.

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de políticas educacionais na perspectiva do materialismo histórico. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 248-264, jul./dez., 2016. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/17005/MarcelaPronko\\_RETEPE\\_2016v1n2.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/17005/MarcelaPronko_RETEPE_2016v1n2.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 05 jul. 2023.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, D. **A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas.** Campinas: Autores Associados, 2019.

SCHEFFER, T. S. **Por uma educação de qualidade:** um estudo sobre a formação da agenda de valorização salarial do professor da educação básica. 2017. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14140>. Acesso em: 21 ago. 2023.

STRASBURG, Q. R. **Professores excelentes:** convergências, tensões e desafios nas políticas de formação e carreira docente na contemporaneidade. 2019. Tese (doutorado em Educação) - Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8721>. Acesso em: 21 ago. 2023.

TORRIGLIA, P. L.; ORTIGARA, V. O campo de mediações: primeiras aproximações para a pesquisa em políticas educacionais. In.: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. **O método dialético na pesquisa em educação.** Campinas: Autores Associados / Brasília: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, UnB, 2014.

WONSIK, E. C. **A valorização e a precarização do trabalho docente:** um estudo de políticas públicas a partir de 1990. 2013. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/748>. Acesso em: 21 ago. 2023.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 14/02/2025  
Aprovado em: 04/07/2025